Revista Portuguesa
de História

Testamento Político de D. Luís da Cunha—Prefácio e notas de Manuel Mendes. Cadernos da «Seara Nova». Biblioteca do Século xviii. Lisboa, 1943. Vol. de 107 págs.

De entre as obras de D. Luís da Cunha, ou que lhe são atribuídas, nenhuma alcançou a celebridade do chamado *Testamento Político*, em parte pela audácia das ideias reformadoras que nele se expõem e defendem, em parte e sobretudo porque num passo do mesmo escrito se aponta ao príncipe D. José o nome de Sebastião José de Carvalho e Melo como o da pessoa idónea para a secretaria de Estado do Reino. Essas breves linhas contribuíram mais para tornar conhecido D. Luís da Cunha do que toda a sua brilhante carreira diplomática. «O que o vulgo vê apenas em D. Luís da Cunha é o homem que adivinhou Sebastião José de Carvalho e Melo» (4) E no entanto, a sua vida e a sua obra têm um interesse que ultrapassa, e muito, o desse simples pormenor. Apesar disso, pode dizer-se que estão, praticamente, por estudar, mesmo que não esqueçamos certos trabalhos parcelares e as numerosas alusões e notícias dispersas por obras de carácter geral sobre a diplomacia da época de D. Pedro II e D. João V (2). As *Memórias da Pa\ de Utrecht*, obra fundamental para o conhecimento da acção portuguesa no congresso que se realizou nessa cidade da Holanda, continuam inéditas, assim como a maior parte da sua enorme correspondência. Maior atenção despertou a *Instrução* para Marco António de Azevedo Coutinho, que foi publicada há anos por ordem da Academia das Ciências (3), mas, pelas razões já apontadas, nenhuma das obras do diplomata se tornou tão conhecida como o *Testamento Político*. As suas páginas de crítica impiedosa, por vezes mordaz, e os planos das profundas reformas que

(1) A. Rodrigues Cavalheiro, *À margem do «Testamento Político» de D. Luís da Cunha*, in *Temas de História*, Porto, s. d., p. 183.

(2) Entre os primeiros é justo destacar o estudo muito importante de Gastão de Melo de Matos: *Dois obras de D. Luís da Cunha. As «Memórias da Pa\ de Utrecht» e a «Tradução e Paráfrase do Tratado de Pa\»*, Lisboa, 1931 (publicação da revista *História*, constituindo o prefácio de uma edição das *Memórias da Pa\ de Utrecht*, que foi iniciada mas não continuou).

(3) *Instruções inéditas de D. Luís da Cunha a Marco António de Azevedo Coutinho*, publ. por P. de Azevedo e A. Baião, Coimbra, 1930.

propunha deviam transformá-lo numa arma de propaganda. Por isso, depois de ter corrido manuscrito no século xviii, começou a imprimir-se no *Investigador português em Inglaterra*, publicou-se em opúsculo em 1820, e logo no ano seguinte saiu novamente à luz, no tomo 1 das *Obras ineditas*, por iniciativa de António Lourenço Caminha. Recentemente (1943), foi reeditado nos *CADERNOS da «Seara Nova»*, com prefácio e notas de Manuel Mendes. Desta edição nos vamos seguidamente ocupar.

O prefácio divide-se em três partes : começa por uma descrição da sociedade portuguesa e da sua mentalidade no tempo de D. João V ; vem depois uma notícia da vida e ideias de D. Luís da Cunha e da influência que exerceu ; por último, explica-se o critério que presidiu à organização desta edição.

Quanto à imagem que o A. procura dar-nos da época joanina, temos de dizer, desde já, que lhe falta aquele mínimo de objectividade que deve exigir-se em todo o trabalho histórico. Não é um retrato; é uma caricatura. O A. deixou-se guiar por Oliveira Martins e deu-nos um *quadro* do mesmo estilo — com a beleza literária a menos. Logo de entrada nos diz que, na *História de Portugal* do conhecido escritor, na parte em que se trata «da corte grotesca do senhor D. João V», aparece a cada passo, como num *refrain*, «a frase angustiada do secretário de estado Alexandre de Gusmão: — «Oh, quem pudera dizer o que sente!» (p. 5). E o A. explica : «Nada, com efeito, se pode imaginar de mais sufocante e estranho do que a atmosfera que respirou o Portugal dessa época, do que a sociedade e a corte de Sua Majestade Fidelíssima. El-rei é um assombro — ele e os seus frades e freirás, êle e o mundo, os costumes, a presunção. O Cavaleiro de Oliveira chamava-lhe, com certa propriedade, a «formosa estrivaria» (p. 5). Cita outro passo de Gusmão, sobre a *fradaria* que nos sugava e arruinava, e entende dever acrescentar: «A fradaria e el-rei, grotesto e beato, com um sonho desmedido de grandeza e de luxo espaventoso» (p. 6). A mentalidade e a vida portuguesas da primeira metade do século xviii são descritas deste modo: «E esta a época da nossa grande crise mental, como já o fora o final do século anterior — um período de obscura e triste ignorância e de fanatismo atroz. [...]. E um mundo de feitiçaria e de superstição, com intrigas de alcova e mexericos de mulatos, que pela sua influência reinam tanto ou mais do que reinava 0

próprio D. João V — um quadro pavoroso e aterrador, sobretudo na Corte. Lisboa é descrita por estrangeiros como uma cidade absurda, com um monarca asiático, uma aristocracia volúvel e galhofeira, que se destacam entre uma multidão parda de frades, de escravos, de miseráveis, de mendigos lastimosos. E a uniformizar todo o quadro, numa mancha igual, numa tonalidade neutra, o colorido cinzento-sombrio da credence e da desrazão» (p. 6). Para o A., só da boca dos chamados *estrangeirados* é que «ouvimos, nesse século, a voz do entendimento e a voz da razão. São esses *estrangeirados* a única gente interessante dessa época. O resto é o mundo bárbaro e opaco dos feiticeiros, dos fanáticos, dos ignorantes, dos *puros*, dos que se orgulhavam de não ter nódoa de sangue hebreu e se consideravam a guarda avançada na defesa das tradições apostólicas, vivendo uma existência de pesadelo, ora inconscientes dos seus males, ora apavorados com os horrores do purgatório — dum purgatório fantástico, concebido com arrepiantes cenas de mágica» (p. 6-7). Deste modo, «o desterro era [...] o refúgio do melhor da gente portuguesa dessa época» (p. 6), e assim, «os que emigram, êsses vão viver a grande vida dos países livres do norte da Europa, arejados pelo espírito da Reforma. Não é preciso ir muito longe. Basta passar os Pirenéus para encontrar logo outro' mundo. [...]. A própria Roma jesuítica do século xvm, dir-se-ia uma terra livre, com as suas sinagogas e os seus judeus. [...] Para cá dos Pirenéus é, porém, a pátria encarnçada da Contra-Reforma, a feitoria do Tribunal da Fé, o *Reino da estupidez*, que mais tarde seria cantado no célebre poema burlesco» (p. 7).

Que pode haver de verdade neste libelo? Temos a impressão de que o A., ao escrevê-lo, cometeu um erro semelhante ao de Oliveira Martins, quando, depois de ter lido na *Description de la ville de Lisbonne* (170) que em Portugal havia «quantité de jeunes gens» com a vista tão fraca «qu'ils sont obligés de porter des Lunettes» (4), escreveu imperturbavelmente na sua *História de Portugal*: «Toda a gente usava óculos—traço que impressionava os forasteiros» (5)... Por outras palavras : preocupado com

(q Paris, 1730, p. 119.

(5) Edição revista e anotada por J. Franco Machado, tomo 11, Lisboa, 1951, p. 179.

termos sonoros e frases de efeito, talvez por sugestão de Oliveira Martins, o A. tomou a parte pelo todo e confundiu «numa mancha igual» as várias cores do quadro, que, assim, não podia deixar de ficar «grotesco». A realidade, porém, é um tanto diferente.

É possível que alguns sectores do meio intelectual português tenham realmente vivido, durante o século xvii e a primeira metade do século xviii, numa certa indiferença ou isolamento relativamente aos progressos e à renovação do pensamento filosófico e científico. Mas reconhecer isto não é admitir que em Portugal tudo fosse «obscura e triste ignorância» e «fanatismo atroz». Pelo contrário, vemos que no decurso do reinado de D. João V se foram intensificando os contactos com o estrangeiro e através deles entraram no país as novas ideias e correntes científicas. Este movimento salutar despertou o interesse da família real e da corte e foi impulsionado pelo próprio rei. Desde cedo revelou D. João V o seu gosto pelas ciências e especialmente pelas fisico-matemáticas e astronómicas. Mandou vir da Itália dois notáveis matemáticos, os P.^{es} João Baptista Carbone e Domingos Capassi, jesuítas, cujas observações astronómicas foram impressas e enviadas para o estrangeiro, e o próprio rei observou por vezes cientificamente os movimentos dos astros e os eclipses. Fez reunir «hum grande numero de admiráveis instrumentos, obrados pelos mais peritos artifices da Europa» e entregou-os ao observatório que erigiu no Colégio de Santo Antão ⁽⁶⁾. O P.^e Capassi percorreu grande

⁽⁶⁾ Na correspondência diplomática de Paris e Londres, nos anos de 1724-1430, há muitas referências a *instrumentos matemáticos* encomendados por D. João v. Assim, em officios de Agosto a Dezembro de 1724, D. Luís da Cunha aludia várias vezes aos instrumentos que encomendou ou comprou por ordem do rei de Portugal (D. Luís da Cunha, *Cartas para a Corte do anno 1724* —T. do Tombo: *Correspondência diplomática*, n.º 19). A 21 de Julho do mesmo ano, o secretário de Estado Diogo de Mendonça Corte Real fazia uma encomenda de óculos, pêndulas e um relógio de sol universal a António Galvão de Castelo Branco, enviado em Londres (Bibl. da Academia das Ciências: *Ms. 000-A.*, officios de A. Galvão de ig-Agosto e 26-Dezembro). O enviado comunicava a partida das pêndulas e do relógio de sol a 26-Abril e i-Maio-1725 (*Ibid.*, e *Ms. 601-A.*). A 25-Setembro e i-Outubro anunciava que remetia duas caixas, uma com um telescópio de reflexão, feito pelo astrónomo Molineux, e outra contendo as obras de Flamsteed e juntamente dois estojos matemáticos e três pêndulas encomendadas por ordem de S. M, bem como um barómetro e régua que Molineux disse serem necessários

parte do país, fazendo estudos astronómicos e geográficos, e em 1729 foi enviado ao Brasil com o P.^e Diogo Soares, levando o encargo de proceder ao levantamento de cartas e determinação exacta dos meridianos. Das suas observações «mandou exactísimas notas, que depois se participaraõ às Academias de França, e Inglaterra» (7). O rei tinha uma esplêndida biblioteca, onde se podiam ver edições raras, numerosos manuscritos, relógios e variados instrumentos, ocupando muitas salas (8). O príncipe

(B. A. G. : *Mss. 600-A. e 601-A.*). Sabe-se por outro officio, de 25-Dezembro-1725, que o telescópio de reflexão agradou muito a D. João v (B. A. G. : *Ms. 600-A*). Durante o ano de 1726, António Galvão remeteu de Londres barómetros, um nível, pêndulas astronómicas, outro telescópio de reflexão e vários *instrumentos matemáticos* não especificados (B. A. G. : *Ms. 601-A.*). Por vezes, o nosso enviado em Londres correspondeu-se directamente com o P.^e Carbone, que, por ordem de D. João v, lhe encomendou, de 1726 a 1729, vários instrumentos, entre os quais pêndulas, sextantes, quadrantes, etc. (B. A. G. : *Mss. 601-A., 602-A. e 603-A.*). A 27-Agosto-1725, o secretário de Estado ordenou a António Galvão que remetesse ao P.^e Carbone uns instrumentos matemáticos, «com a conta do q. dispendeu com os d.tos instrum.to* separada, porq esta despeza ha de pagar a universid.^e de Coimbra p.^a q.^m são os referidos instrum.tos». (B. A. G. : *Ms. 602-A.*). A 30-Setembro, o enviado anunciava que fizera seguir umas caixas com os instrumentos e a 20-Dezembro escrevia : «... Neste correyo passo huã letra sobre V. S.^a de 2400V000ÎS. p.^a pagar os instrum.tos methamaticos, q o P.^e Carbone encomendou [...] p.^a a Vniversid.^e de Coimbra, e os outros p.^a o serv.^o de S. M. q remetteu 0 D.^r Sequeira [...], e incluza remetto a conta separada do q toca á d.ta vniversid.^e» (B. A. C. : *Mss. 602-A. e 603-A.*). Depois de António Galvão (1721-1730), ocupou o mesmo posto em Londres, mas sem carácter, António de Campos (1730-1735), que continuou a acção do seu antecessor (B. A. C. : *Ms. go- V., fis. i-155 v.*).

(7) D. António Caetano de Sousa, *Historia Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo vm, Lisboa, 1741, p. 269-271. Sobre a vida e obra científica dos P.^{es} Capassi e Diogo Soares, ver também: Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, t. vi, Rio, 1949, p. 130-13a; t. ix, Rio, 1949, p. 130-i37, 3g3 ; e Diogo Soares[^]S. l., *Matemático, Astrónomo e Geógrafo de Sua Majestade no Estado do Brasil (1684-1748)*, in *Brotéria*, vol. XLV, 1947, p. 596-604.

(8) Cfr. D. António C. de Sousa, *oh. cit.*, t. vm, p. 273. A correspondência diplomática da época mostra que foram muito numerosas as encomendas de livros feitas por D. João v aos seus representantes nas cortes estrangeiras, as quais exigiriam só por si um estudo especial, certamente de interesse para a história da nossa cultura. Limitar-nos-emos a fazer referência a algumas, a título de exemplo, mas lembraremos, antes de mais, estas palavras que,

D. José estudava matemática, geometria, arte militar e de fortificação, geografia, náutica, mecânica, gnomonica «e usos de ins-

a 20-Março-1722, o secretário de Estado Diogo de Mendonça escrevia a Marco António de Azevedo Coutinho, enviado em Paris: «Pello que respeita aos livros q cotidianamente se imprimem ordena S. Mag. q VM os remetia por mar, e se houver algum mui coriozo, e que não seja grande o poderá VM mandar pello Corr.^o de terra» (T. do Tombo : *Livraria, Ms. 3go*). A 10-Junho-1721, Diogo de Mendonça mandava dizer a Marco António que, na primeira ocasião, remetesse os livros de que fazia menção o rol incluso, que constava do seguinte: «Tabletes chronologiques», «Tabletes eclisiasticques», «Tabletes Géographiques», «Tabletes critiques et toute sorte de Tabletes de la derniere édition», «Gonoissance du Temps» e «Almanach royal» (ambos para 1721^o «Estât de la France derniere édition», e finalmente «Toutes sortes de Tables, des leux historiques et pour les arts et sciences, et de Méthodes etc.» (*Ibid.*). Escrevendo ao marques de Abrantes, a 28-Julho-1721, dizia D. Luís da Gunha que, tendo-lhe recomendado o marquês, por ordem de S. M., «que lhe mandasse o que se tinha escrito sobre a Constituição» (isto é, sobre a famosa bula *Unigenitus*, de Clemente XI, que condenava a doutrina das *Réflexions morales sur le Nouveau Testament*, do P.^e Quesnel, e que deu ocasião a grandes controvérsias na Igreja de França), satisfazia com 79 volumes, «compreendendo os quatro do nouo Testam.to do Padre Quesnel que deo causa a toda a disputa» ; acrescentava que alguns volumes eram difíceis de encontrar, mas que mandaria os que se descobrissem, «para que não falte algum na Bibliotheca del Rey N. S.». Da «collecção dos Arrestos depois da Regencia» (sobre assuntos financeiros), também pedida, mandava 22 volumes. Enviava 5 volumes sobre marinha, 1 sobre tropas, e, finalmente, 17 volumes manuscritos «nos quaes se achará tudo o que se quizer saber do Reino de França, menos o que se innovou depois da morte de Luís XIV» (D. Luís da Gunha, *Cartas para a Corte*, t. xix — T. do Tombo: *Corresp. dipl., n.º 16*). O preço destes livros e manuscritos consta de um *Rol do que custará os Livros para S. M. q. D.s g.^{de}*, que está na B. A. C., *Ms. 5gr-A*. No mesmo ano, segundo parece, D. Luís da Gunha enviou a D. João V mais uma série de livros e manuscritos que vêm indicados numa *Lista dos livros, que S.Ex.^{cia} comprou para S. Mag.de que Dfi g.de*. São 3i obras, algumas em vários volumes. Entre elas há um «*Traité de la construction et des principaux usages des instrumens de Mathématique*», 7 obras sobre assuntos comerciais e económicos em geral, e alguns livros de viagens e de assuntos políticos, mas predominam as obras científicas sobre navegação. Juntamente seguiu um atlas em vários tomos, contendo, além de outros, 80 mapas mandados gravar por Delisle, que passava «pello melhor e mais exacto Geographo de França». No mesmo ano vieram de Holanda alguns livros sobre marinha, navegação e construção de barcos (B. A. G. : *Ms. 5gi-A* ; D. Luís da Gunha, *Cartas para a Corte*, tomo xix, cit.). Em 1723, o nosso enviado em Londres, António G. de Castelo Branco, foi encarregado de ver e fazer avaliar a livraria do falecido lord Sunderland (B. A. C. : *Ms. 600-A*) e cerca de três

trunientos Mathematicos» (9). O infante D. Pedro também se dedicou à matemática «com tanto gosto, como fruto» (10). Sob

anos depois enviou para Lisboa, em seis caixas, os manuscritos da mesma livraria (B. A. G : Ms. *doi-A.*) Com officio de 3-Maio-1725, o secretário de Estado Diogo de Mendonça remetia ao conde de Tarouca, por ordem do rei, as listas dos livros que devia comprar da biblioteca do cardeal Dubois, que fora primeiro ministro de França e fazia-lhe várias recomendações a esse respeito (Diogo de M. Corte Real, *Cartas para D. Luif da Cunha, e para o Conde de Taroca. ij23 até ij25*— T. Tombo: *Minist. dos Neg. Estrangeiros*, maço 47) ; alguns meses depois, o conde enviou a D. João V um lote de livros e manuscritos que custaram 30.000 cruzados (Bibl. Nacional : F. G., Ms. 8541). De 1729 a 1734, e por ordem do rei, D. Luís da Cunha mandou ao Cardeal da Mota uma grande quantidade de livros de Teologia, Filosofia, História, Direito e *Medicina moderna*, para serem entregues à biblioteca da Universidade de Coimbra, fundada pouco antes (B. A. C. : Ms. 5ç2-A). E muitas outras referências a compras de livros — incluindo obras matemáticas, geográficas e astronómicas — se encontram na correspondência de Diogo de M. Corte Real, D. Luís da Cunha, António G. de Castelo Branco e António de Campos. As encomendas eram mesmo tão frequentes que, a 23-Novembro-1725, António Galvão escrevia, gracejando, a Marco António: «... Eu passo bem Ds. seja bendito forte, e robusto, o q. me matta são comissoes, sahi da collecção de estampas, entro a rever huã livraria. » (B. A. C. : Ms. *toi-A.*). Por vezes eram cientistas estrangeiros e os diplomatas portugueses que tomavam a iniciativa de enviar livros ou de sugerir a sua compra, por bem conhecerem o interesse de D. João V pelos problemas culturais e científicos. Assim vieram para Portugal, em 1725, as obras do astrónomo inglês John Flamsteed (1646-1719), remetidas pelo astrónomo Molineux e pelo nosso enviado em Londres (B. A. C. : Mss. *Coo-A.* e *6or-A.*). Em 1721-1722, D. Luís da Cunha fez copiar e seguir para a corte portuguesa uma *História dos Tratados*, em 10 volumes, que se guardava «com grande segredo» na secretaria dos negócios estrangeiros de França, por entender que podia ser útil à nossa Academia Real da História e aos «Ministros q. S.Mag.deq. D.s g.de empregar nas Cortes Estrangeiras»; enviou também cópia de muitos documentos referentes às relações luso-francesas e especialmente às negociações de Saint-Romain em Lisboa (D. Luís da Cunha, *Cartas para a Corte*, t. xix e xx — T. do Tombo: *Corresp. dipl.*, n.º 16 e 17). Em 1724, António G. de Castelo Branco mandava dizer ao secretário de Estado que «como S. M. q. Ds. g.º tem huã numeroza, e escolhida Livraria», entendia dever anunciar que a rainha Ana mandara imprimir os actos públicos e tratados desde Guilherme o Conquistador até Carlos I, em 17 volumes, sendo a colecção organizada por Rymer ; embora já fosse rara, tinha possibilidade de obter uma, se S. M. quisesse. O rei concordou e deste modo veio para 0

(9) D. António C. de Sousa, *ob. ciU*, t. VIII, p. 342-343.

(10) *Ibid.*, p. 372.

a orientação do teatino D. Tomás Beeckmann, o infante D. Francisco entregou-se ao estudo da astronomia, reunindo no seu palácio uma importante colecção de instrumentos (41). Parte da nobreza acompanhava este movimento de interesse científico. E o que revela a academia fundada pelo 4.^o conde de Ericeira, D. Francisco Xavier de Meneses, em cujas sessões se tratavam não só temas literários e morais, mas também científicos e filosóficos (12). Havia intercâmbio cultural como as academias congêneres da Itália, Alemanha, Inglaterra, França e Rússia (13). «A partir de 1724, as

nosso país a célebre colecção de Rymer (B. A. C.: Afs. 600-A.). E visto que nos referimos a estas obras de História, não será fora de propósito lembrar que foi no tempo de D. João V que a crítica histórica deu entre nós os primeiros passos, graças à Academia fundada pelo rei em 1720. É o que dá a entender uma carta de Bartolomeu da Cunha Brochado (sobrinho do diplomata do mesmo apelido) para Marco António, escrita em Lisboa, a 19-Maio-1721, e na qual se lê o seguinte interessante passo: «A nossa Academia real vay admiravelmto [...]. Começa a haver crítica sobre os successos antigos deste R.^o, e sobre seus escritores; e sem isto não há Academia, que valha a pena...» (T. do Tombo: *Livraria*, Afs. 303 n.º 93). Terminaremos esta nota citando os seguintes factos que parecem não estar muito de acordo com o pretenso isolamento português nesta época: em 1721, como já vimos, D. Luís da Cunha mandava para a biblioteca do rei de Portugal, e por ordem deste, as *Réflexions* de Quesnel, condenadas pela Igreja; em 1745, o mesmo diplomata remetia exemplares do livro do P.^e Norbert contra a missão dos jesuítas no Malabar, apesar de ser, como ele dizia, uma obra «cheia de Veneno», e, no mesmo ano, fazia chegar ao secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros o poema de Voltaire sobre a batalha de Fontenoy... (D. Luís da Cunha, *Cartas para a Corte do anno de 1745* — B. A. C. : Ms. á/S-A, p. 176, 241-242, 359, e p. 203-204, 219).

(13) António A. de Andrade, *Vernei e a filosofia portuguesa*, Braga, 1946, p. 212.

(12) *Ibid.*, p. 243-248.

(15) *Ibid.*, p. 213-223. Quanto ao intercâmbio com a França, recordaremos apenas o que se passou em 1724 a propósito do eclipse da lua de 1 de Novembro deste ano. Diogo de Mendonça enviou a D. Luís da Cunha as observações do eclipse feitas em Lisboa pelos P.^{es} Carbone e Capassi. O diplomata entregou dois exemplares ao célebre géografo Bourguignon d'Anville, «p.^a os fazer ver na Academia real das Sciencias» e procurar as que se tinham feito no observatório de Paris, não só do eclipse, mas também do satélite de Júpiter. Em ofício de 10-Dezembro-1724, informava D. Luís da Cunha: «A observação do Eclipse da Lua q V S.^a me mandou foy lido na Academia das Sciencias pelo Director, e todos a louvaraõ mas m.to mais a actividade com q S. Mag.^e protege as mesmas Sciencias». Alguns dias

relações científicas entre Portugal e a Grã-Bretanha tornam-se constantes e intensas; e pode dizer-se que, até ao final do século, não há volume das *Philosophical Transactions* que não contenha comunicações de cientistas portugueses ou que trabalham em Portugal».⁽¹⁾ Entretanto, bastantes portugueses iam inlormar-se das novas correntes nos centros culturais do estrangeiro, sendo

depois, mandou a observação do eclipse que se fizera em Paris, comparada com a portuguesa (D. Luís da Cunha, *Cartas para a Corte do anno 1724* — T. do Tombo : *Corresp. dipl.*, n.º 19).

Também com a Alemanha houve relações científicas. As observações astronómicas de Carbone e Capassi, feitas em 1724 e 1725, foram publicadas nas *Acta eruditorum* de Leipzig (ano de 1725, p. 74-78; ano de 1726, p. 365-369), e, por intermédio do P.^e Capassi, foram mandadas para a Alemanha as publicações da Academia Real da História e várias outras obras, de que encontramos notícia ñas *Acta* e ñas *Nova Acta*, de 1726 a 1737. A partir deste ano, e até 1750, não encontrámos mais referencias a livros portugueses, mas nem por isso as *Nova Acta* deixaram de vir para Portugal.

(¹) H. Amorim Ferreira, *Relações científicas entre Portugal e a Grã-Bretanha*, Lisboa, 1943, p. 8. Cfr. A. A. de Andrade, *ob. cit.*, p. 216. Já em 1723 tinham sido mandadas a António G. de Castelo Branco, enviado em Londres, as obras da Academia Real da História, certamente para as dar a conhecer (B. A. C. : *Ms 600-A.*, of. de 22-Junho-ij23), mas foi realmente a partir de 1724 que se intensificaram as relações científicas entre Portugal e a Grã-Bretanha. A correspondência de António Galvão é instrutiva, a este respeito. Assim, a 2-Janeiro-1725, o enviado informava que tinha repartido pela Sociedade Real e por várias pessoas as observações astronómicas que Diogo de Mendonça lhe remetera em carta de 12-Novembro-1724, e que todos lhe tinham prometido resposta sobre aquela matéria (*Ibid.*). A 9-Janeiro, o nosso representante em Londres voltava a referir-se ao assunto, dando notícias de extraordinário interesse : «Na posta passada disse a V. S.^a tinha repartido a observação methamatica, q. me mandou, principiando p.^{la} Societ.^e real, q. he huã academia florentissima, instituida por El Rey Carlos 2.^o, composta dos mayores homes, q. tem estes R.nos e a tal societ.^e me mandou hú dos seus socios, ou académicos com a resp.ta Consistia esta em q. a observação era exactissima, q. a societ.^e a não observara, porq. o dia não dera lugar ; porem q. a achavaõ taõ justa, q. a mandavaõ imprimir nas suas transaccoẽs, isto he huã especie de registo donde imprimem tudo o q. elles observaõ p.* a utilid.^e pub.^{ca}, e de q. hà ja hú gr.de n.^o de volumes, q. não sabiaõ como louvar a proteçaõ q. S. M. dava às sciencias, q. dezejavaõ corresponder-se com os nossos Methamaticos por minha via, e p.^{la} maõ deste seu socio, e esta he a forma com q. se correspondem com todo o mundo, repartindo a cada hú delles certas provincias, e R.nos, q. o unico q. lhe faltava era o de Portugal, eu lhe disse q. puzesse tudo em escripto, e he a carta q. remetto. Este homem q. a escreve he socio, ou académico da mesma academia, he aquelle

alguns enviados pelo próprio D. Joao V, como Bento de Moura Portugal e Soares de Barros (15).

de q.ⁿⁱ me servi q.^{do} i por ordem de S. M. a livraria de Mylord Sunderland, he hu Iudeu q. passa por hum dos mais doutos homes q. aqui há, e na medicina ja diziaõ era mayor homê q. Fernam Mendes. Logo q. me forem chegando as resp.^{tas} das pessoas a q.^m dei outras copias hirei comunicando a V. S.^a) (B. A. C. : Ms. 600-A.). Este judeu, considerado *maior homem* do que Fernão Mendes, era Isaac de Sequeira Samuda, bacharel em medicina pela Universidade de Coimbra e sócio da Sociedade Real (Cfr. Amorim Ferreira, *ob. cit.*, p. 9-10). Já em 1723 dizia Galvão que ele passava «por hum dos homes mais doutos, q. tem esta cid.^o» (B. A. C. : Ms. 600-A., of. de i3-Abril-i723), e alguns anos depois chamar-lhe-ia «famoso doutissimo Medico Iudeu» (B. A. C. : Ms. 603-A., carta para D. Filipe A. Mascarenhas, 3o-Setembro-i729). Durante anos, foi o Dr. Sequeira activo intermediário entre a Sociedade Real de Londres e a corte de Portugal. Por meio de António Galvão, correspondia-se regularmente com o P.^e Carbone. «O D.^r Samuda — escrevia o enviado ao marquês de Cascais, — não teve p.te nestas comissoês, mais q. traduzir em lingoa Ingleza mathematica, e alguãs direções, q. o P.^e Carbone de lá mandava, com o qual se corresponde regularme a respeito de couzas mathematicas da socied.e real por minha via. e por ordem de S. Mag.de». (*Ibid.*, carta de 24-Maio-i729). Muitas vezes foi encarregado da compra de livros e de instrumentos científicos, e o seu parecer era pedido e ouvido como o de um técnico. Por isso, o rei *magnânimo*, reconhecendo o valor dos seus serviços, ordenou que lhe fosse dada uma recompensa: «... O D.^r Siqueyra será recompensado, como S. Mag.de q. Ds. g.de ordena, e elle o merece porq. tudo 0 q. se lhe ordena faz de boa vont.^o» — assim escrevia António Galvão ao secretário de Estado (B. A. C. : Ms. 602-A., of. de i4-Maio-i726). Também com o astrónomo Molineux, «home doutissimo em todas estas sciencias», teve correspondência o P.^e Carbone. Em fins de 1729 morreu o Dr. Sequeira, e em carta de i3-Janeiro-i73o, para o P.^e Carbone, dizia António Galvão que havia outro médico, também sabedor, parente de Sequeira e seu discípulo, «0 qual tera a mesma correspond.⁴ com V. P.^e» (B. A. C. : Ms. 603-A.). Alguns dias depois, sugeria outra solução possível : «Ja avizei a V. P.e a morte do nosso D.^r Sequeira, q.do V. p.e não queira corresponder com o outro D.r q lhe recomendei, mándeme as cartas p.» o Secrtr.^o da socied.^e, q. eu lhas mandarei entregar, porq. também sou hú dos socios...» (*Ibid.*, carta de 24-Janeiro-i73o). Parece que Carbone preferiu a primeira hipótese, pois vemo-lo pouco depois em correspondência com o Dr. Jacob de Castro Sarmiento, certamente a pessoa a quem Galvão se referia e que veio a ser um dos mais célebres médicos do seu tempo (Cfr. A. d'Esaguy, *Jacob de Castro Sarmiento*, Lisboa, 1946; Amorim Ferreira, *ob. cit.*, p. 12-14). De 1730

(15) Hernani Cidade, *Lições de Cultura e Literatura Portuguesas*, vol. 11, 3.^a ed., Coimbra, 1948, p. 36, 153 ; Rodolfo Guimarães, *Les Mathématiques en Portugal*, in *O Instituto*, vol. 51.^o, 1904, p. 536.

Não admira, pois, que já no declinar do reinado (1744), o engenheiro-mor Azevedo Fortes, num livro munido de licenças elogiosas do Santo Ofício e do paço, escrevesse estas entusiásticas palavras : «... Além do que os Antigos nos deixarao, he para admirar o muito, que os Modernos tem descuberto na fabrica do mundo, por meyo da Mathematica. Tudo nos seria incognito até o presente, se Copérnico, Tychobrahe, Régiomontano, Robervalio, Keplero, e Galileo, nos não descobrissem tantas maravilhas» (16).

A medicina também mereceu a atenção do rei, que em 1730 mandou consultar Jacob de Castro Sarmento sobre a reforma dos estudos médicos, pensou em trazer a Portugal Boerhaave, criou uma escola de cirurgia. Embora ainda pouco acentuada, é inegável uma tendência progressiva, renovadora (17).

As ciências da natureza interessaram de tal modo D. João V que formou no seu palácio um rico museu constituído por exemplares dos três reinos. Além disso, havia «alguns particulares, que para mostrarem o seu gosto, e inclinação aos estudos da Historia Natural, tinhaõ pela continuação de alguns annos ajuntado muitas produçoens da Natureza para enriquecerem os seus Muzeos» (18). Era o caso do conde da Ericeira, do conde de Assumar e da duquesa de Cadaval. Tendo chegado a Lisboa o naturalista suíço Merveilleux, o rei convidou-o a demorar-se para trabalhar em assuntos relativos à história natural. Escrevendo para França, Merveilleux dizia que D. João V tinha vontade de melhorar muitas coisas do seu reino e que o encarregara de escrever a história natural dele. Viajou por várias províncias e, de regresso à capital, em Junho de 1724, entregou ao

a 1734, encontram-se muitas referências às cartas trocadas entre Carbone e Castro Sarmento na correspondência de António de Campos (B. A. C. : *Ms. go-V.*, fis. 5, 25 v., 29, 41 v., 51 v., 76 v., 92 v., 160 v.).

(16) Manuel de Azevedo Fortes, *Logica racional, geometrica e analitica*, Lisboa, 1744, no *Antiloquio*.

(17) M. Ferreira de Mira, *História da medicina portuguesa*, Lisboa, 1948, p. 192-195, 199-206, 209-217, 231-237, 251-260; Silva Carvalho, *História da medicina portuguesa*, Lisboa, 1929, p. 23, 25, 26-30; H. Cidade, *ob. cit.*, p. 34; A. A. de Andrade, *ob. cit.*, p. 219, 227-229.

(18) Baltasar da Silva Lisboa, *Discurso historico, politico, e económico dos progressos e estado actual da Filosofia Natural Portuguesa...*, Lisboa, 1786, p. i5.

soberano várias memórias sobre a história natural do país (1a). Por isso talvez não ande longe da verdade um autor do século xviii quando afirma que foi no tempo de D. João V que «felizmente se anunciaram entre nós os progressos da Filozofia natural» (20).

Se é certo que a atitude de D. João V, no campo propriamente filosófico, foi cuidadosamente conservadora, não é menos certo que as correntes modernas do pensamento filosófico não deixaram de penetrar em Portugal e até no próprio paço. Sabemos que o infante D. Pedro estudou «Filosofia antiga, e moderna» (21) e que o infante D. António, irmão do rei, era «dado às Mathematicas, e Filosofias modernas» (w), em que foi discípulo de Azevedo Fortes, que lhe dedicou a sua *Logica*. Nesta obra, o engenheiro-mor rompe decididamente com a orientação tradicional do ensino filosófico e, no *Antiloquio*, escreve as seguintes significativas palavras : «Ha muitos annos, que tenho reparado no pouco fruto, que os Estudantes tiraõ do anno, que emprégaõ no estudo da Logica, que ordinariamente se ensina nas Escollas ; e fallando eu com muitas pessoas doutas, e de claro juizo, todos convierão em que semelhante estudo, mais servia para embaraçar, e confundir as nossas ideas do que para aperfeiçoar as operaçoens do nosso entendimento, que he o fim principal da Logica. [...]. Outros me seguráraõ, que tinhaõ chorado o tempo, que haviaõ inutilmente gastado naquelle estudo ; e que só valendo-se elles da Logica natural, que he a luz da nossa razaõ, para poderem perceber, julgar, e discorrer nas outras Sciencias, haviaõ adquirido mais claro conhecimento, ajudados da Geometria, e de outras partes da Mathematica, a que se haviaõ aplicado». E sem negar «o muito que devemos aos Antigos», entende que «também nao

(9) Visconde de Santarém, *Quadro elementar*, t. v, Paris, 1845, p. cxxliii, nota i. Santarém chama *Jrancis* a Merveilleux, mas D. Luís da Cunha diz que ele era sulço, embora estivesse ao serviço da França, nas guardas suíças. Em officios para Lisboa referia-se o nosso diplomata ao fraco conceito em que o naturalista era tido em França e às desconfinças que lhe causava : «... Avlzey a V. S.^{ra}, que o tal Mervilheu passava por hum homem estouvado* e agora acrescento, que hé um grande espiaõ. ainda que não sey, que esta fosse a vista, com que passou a esse Reyno...» (D. Luís da Cunha, *Cartas para a Corte*, t. xxi — T. do Tombo: *Corresp. dipl.*, n.º 18, of. de 6-Setembro-1723).

(20) Silva Lisboa, *ob. cit.*, p. 9.

(21) D. António Caetano de Sousa, *ob. cit.*, t. viii, p. 372,

(22) *Ibid.*, p. 430,

podemos negar, que os Modernos tem adiantado o nosso conhecimento, de sorte, que do século passado, a esta parte, se tem feito nas Sciencias mayor progresso, do que em todos os mais séculos, que tinhaõ precedido... » (23).

Muito interessantes são estas palavras, não só pelo que nos revelam sobre as ideias do seu autor, mas também porque nos fazem saber que não se tratava de um ponto de vista isolado: havia já «muitas pessoas doudas, e de claro juizo» que estavam de acordo com Azevedo Fortes (24). Mais significativas ainda, sob este aspecto, são as licenças que se encontram no princípio do volume. O P.^e Fr. Tomás de S. José, qualificador do Santo Officio, admitia que muitos não considerassem razoável o que se escrevia neste livro, «porque para tudo ha Authores, e opinioens», mas como o «sapieníssimo Author funda com clareza a sua doutrina, e tem por si a muitos e sabios Patronos, assim antigos, como modernos, e já neste Reyno se encontrão muitos apaixonados destas doutrinas, e idéas, me parece, que as póde seguir, quem quizer aproveitarse da sua utilidade». Outro qualificador do Santo Officio, o P.^e Dr. Manuel de S. Lourenço Justiniano, «addicionára sómente, que se imprimisse em mais idiomas este livro, para se utilizar das suas doutrinas o universo», e afirmava condescender «com os que exercitaõ a liberdade de filosofar», desde que esta não se mostrasse inimiga da fê cathólica. O P.^e Fr. António de Santa Maria, também qualificador do Santo Officio, augurava ao livro de Azevedo Fortes «profundas veneraçoes, e respeito, com mais justificada causa, que os preceitos de Aristoteles»; elogiava calorosamente o autor, e, deslumbrado pela obra, afirmava categoricamente que «as Logicas, que atégora se viraó no mundo, [...] todas eraõ inúteis, impertinentes, e ociosas». Em nome da Academia Real da História, o diplomata e escritor D. Luís Caetano de Lima louvava o método breve e útil de Azevedo Fortes, que facilitava a todos o estudo da Lógica, «cujos preceitos saõ nas Escolas mais extensos, e mais escuros», e o censor do paço, o jesuíta P.^e Manuel de Campos, procurava (*)

(*) Azevedo Fortes, *ob. cit.*

(24) Da dedicatória da *Logica* ao infante D. António — mesmo descontando o que nela possa haver de lisonja — uma coisa parece lícito concluir: é que o infante era uma das pessoas que aceitavam as ideias modernas de Azevedo Fortes,

defender o autor de possíveis críticas. A atestar ainda o sucesso desta obra está o facto de ter servido durante algum tempo de livro de ensino e de prémio aos alunos que se distinguiam ⁽²⁵⁾.

Se nos demorámos a tratar este ponto e nos alongámos nas transcrições, foi porque, a nosso ver, as palavras de Azevedo Fortes, e mais ainda as dos seus censores (alguns do Santo Ofício), provam de maneira evidente que, em 1744, já havia em Portugal muitas pessoas que seguiam as novas correntes filosóficas, ou, pelo menos, as encaravam com simpatia. «De maneira que, quando o *Verdadeiro Método de Estudar* surgiu, estavam o seu acolhimento e a sua eficiência preparados pelo livro de Azevedo Fortes, que o precedeu dois anos — e ainda pelo ambiente de curiosidade *apaixonada das novas doutrinas*, por este mesmo denunciado» ⁽²⁶⁾. Logo, parece-nos lícito concluir, contra o que diz o A. do prefácio do *Testamento Político*, que nem tudo, no Portugal de D. João V, era «obscura e triste ignorância», «fanatismo atroz», «crendice» e «desrazão». Se é certo que a mentalidade de toda a nação não pode ser julgada apenas pela do seu escol intelectual, não é menos certo que esquecer esta última, no estudo de uma sociedade, é condenar-se a uma visão incompleta e inexacta dessa sociedade e do seu espírito.

Além desta imagem deformada da mentalidade portuguesa na primeira metade do século de setecentos, pretendeu o A. dar-nos uma ideia do rei, da vida da corte e da capital portuguesa. Mas também aqui não conseguiu ser imparcial. Realmente, se queremos ter uma noção exacta do que foi D. João V como rei, não podemos limitar-nos a ver as suas prodigalidades, o seu gosto pelo luxo faustoso da corte e pelo esplendor das cerimónias religiosas, e as suas aventuras amorosas que fazem as delícias dos

⁽²⁵⁾ H. Cidade, *ob. cit.*, p. 34; Rodolfo Guimarães, *ob. cit.*, p. 556.

⁽²⁶⁾ H. Cidade, *ob. cit.*, p. 34. A *censura* de D. Luis Caetano de Lima ao livro de Azevedo Fortes pode parecer em contradição com a de Fr. Tomás de S. José, pois nela se afirma que o autor da *Logica* terá a glória «de querer introduzir na sua Patria huma novidade tão estimável, e até aqui conhecida de muy poucos, supposto, que em outros paizes recebida com muito aplauso». Julgamos que esta aparente divergência provém apenas de uma diferença de ponto de vista: D. Luis C. de Lima referia-se provavelmente ao meio escolar oficial, pois, ao escrever aquelas palavras, acabava de aludir ao estudo da Lógica, «cujos preceitos saó nas Escólas mais extensos, e mais escuros».

romancistas e de certos historiógrafos mais ou menos românticos (27). Sem pretender negar a responsabilidade do soberano, há que reconhecer que tudo isto estava muito no espírito da época, e não só em Portugal, mas, mais ou menos, por toda a Europa. «Os seus defeitos são os defeitos do seu tempo» (28). Fazer do filho de D. Pedro II um soberano «grotesco e beato», sem mais nada, é dar-nos uma ideia falsa do seu carácter, da sua inteligência e da sua acção, porque é esquecer por completo a protecção mecénica que dispensou às letras, às ciências e às artes, a sua política económica (ainda tão pouco estudada), o seu interesse pelos problemas ultramarinos e a intensa actividade diplomática através da qual procurou defender sempre a neutralidade e o prestígio do país (29). Quanto às qualidades pessoais do rei, é, por assim dizer, unânime o testemunho dos seus contemporâneos (30). Limitar-nos-emos a citar as palavras de um francês que viveu algum tempo em Portugal e que devem ter mais valor, neste ponto, do que a correspondência oficial dos diplomatas (por vezes interessados nos juízos que formulam) e do que as superficiais impressões de algum rápido viajante. Eis como o autor da *Description de la ville de Lisbonne* retratava D. João V em 1730: Depois de dizer que nada era mais fácil do que informar o rei das prevaricações que podiam cometer-se contra os seus interesses e na administração da justiça, «car il donne Audience trois fois la semaine à tous ses sujets, dont les Esclaves Negres & Negresses ne

(27) Já tem sido observado por vários autores, e desde o tempo do próprio D. João V, que as suas fantasias amorosas — ao contrário do que sucedeu noutros países com outros soberanos — não influíram na acção governativa do rei (Cfr. *Description de la ville de Lisbonne*, p. 159-160; Visconde de Santarém, *Quadro elementar*, t. v, p. CCLXXXIV-CCLXXXV ; Angelo Ribeiro, *D. João V*, in *História de Portugal*, dirig. por Damião Peres, vol. vi, Barcelos, 1934, p. 193).

(28) M. Bernardes Branco, *Portugal na epocha de D. João V*, Lisboa, 1885, p. vi.

(29) D. Luís da Cunha podia escrever, com razão, que «graças a Deus, e pela admirável conduta de S. Majestade, vivemos em uma profunda paz» (*Testamento Político*, ed. de 1943, p. 46). Sobre a política externa de D. João V, ver especialmente a obra de Eduardo Brasão: *Relações externas de Portugal. Reinado de D. João V*, 2 vols., Porto, 1938.

(30) Cfr. Visconde de Santarém, *Quadro elementar*, t. v, p. CCLIII-CCLVI e *passim*.

sont pas même exceptés», acrescentava que «ce Prince est un grand Justicier», que «il est ferme» e que a sua justiça «se fait également sentir aux Grands & aux Petits...»; deste modo, «le Roi est également craint & aimé du Peuple...». Durante a epidemia de 1723 em Lisboa, D. João V «exerça non-seulement toutes sortes de charités envers les pauvres malades», mas, vendo que os senhores da corte fugiam para o campo, ordenou-lhes que voltassem «& les y anima par son exemple, en ne discontinuant pas une seule Audience pendant tout le cours de la maladie». E resumia, a terminar: «Il aime la conversation des Ecclesiastiques & des Savans ; il hait les flateurs & se plaît beaucoup dans sa Bibliothèque, qu'on assure qu'il doit rendre incessamment publique. Il est généreux & magnifique dans toutes ses entreprises; il aime à tenir son Etat en paix avec les autres Puissances, & se propose de faire fleurir les beaux Arts dans son Royaume; il a envoyé à ce sujet quantité de jeunes gens à Rome, pour y être élevés dans les Sciences»⁽³¹⁾.

Eis um retrato interessante e que parece confirmado pelos documentos que conhecemos. Poderá ser completado utilmente pelas cartas que escreveu o próprio D. João V ao Cardeal da Mota e que, na sua naturalidade, nos mostram claramente o profundo interesse do soberano por todos os negócios políticos e a alta noção que tinha dos seus deveres como rei⁽³²⁾. Por último,

⁽³¹⁾ *Description de la ville de Lisbonne*, p. 152-154, i56, 162-164. Sobre a epidemia de febre amarela que grassou em Lisboa em 1723, ver: Ferreira de Mira, *ob. cit.*, p. 258, e Simão Félix da Cunha, *Discurso, e observações apollineas, sobre as doenças, que houve na Cidade de Lisboa Occidental, e Oriental o Outono de 1723*, Lisboa, 1726. No *Proemio* desta obra refere-se o autor ao «piedoso zelo, e cuidado, com que Sua Magestade mandava acudir à vexação dos seus vassallos, mandando assistir a toda a pobreza com todo o necessário...» Cfr. Visconde de Santarém, *Quadro elementar*, t. v, p. ccLxxi-ccLxxii, nota.

⁽³²⁾ Estas cartas foram publicadas, juntamente com algumas do cardeal para o rei e outros documentos, por Eduardo Brasão, *D. João F. Subsídios para a história do seu reinado*, Porto, 1945, p. 53-184. As cartas com referências a Gusmão foram também publicadas por Jaime Cortesão, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750)*, parte 11, tomo 11, Rio de Janeiro, ig50, que acerca delas escreveu: «Por estas cartas, muito honrosas para a memória de D. João V, se vê que ele prolongava, por vezes, os trabalhos do despacho pela noite a dentro até de madrugada; e que sugitava à mesma dura regra os seus colaboradores...» (p. 145, nota 2).

dado que o A. do prefácio do *Testamento político* cita com certa frequência o testemunho dos estrangeirados, que considera «a única gente interessante dessa época» (p. 7), talvez não venha fora de propósito lembrar que D. João V reconheceu muitas vezes os méritos desses estrangeirados, utilizou os seus serviços e animou, em alguns casos, os seus intuitos reformadores. Basta recordar o que se passou com D. Luís da Cunha, Alexandre de Gusmão⁽³³⁾, Luís António Verney⁽³⁴⁾, Jacob de Castro Sarmiento, Manuel de Azevedo Fortes, Rafael Bluteau..⁽³⁵⁾. Não é, por isso, de admirar, que nas suas críticas severas (umas vezes acertadas, outras vezes exageradas e injustas) à vida portuguesa do tempo, os *estrangeirados* tenham exceptuado o rei. Simples medo de represálias ou espírito de lisonja ? Em alguns casos, é possível. Mas não era certamente por lisonja que o Cavaleiro de Oliveira, em carta particular para a marquesa de Lavai (9-Dezembro-1738) chamava a D. João V «Rei sábio, justo e poderoso», e numa outra para Fr. Agostinho de Lugano (7-JUU10-1739) dizia saber que ele era «pio, generoso e amante da verdade e da justiça em sumo grau»⁽³⁶⁾. Não era também por lisonja que Alexandre de Gusmão, nos *Reparos* sobre o método da cobrança dos quintos do ouro nas Minas Gerais, escritos seis meses depois da morte do rei, «prestava à memória de D. João V inegalável preito de reconhecimento, e de admiração à sua perspicácia, zêlo e escrupulo»⁽³⁷⁾, chamando-lhe «meu generozissimo Bemfeitor» e «perspicacissimo Monarcha»⁽³⁸⁾. Não era por lisonja que D. Luís da

⁽³³⁾ Jaime Cortesão, ao considerar que o rei manteve junto de si, como secretário particular, durante 20 anos, o *estrangeirado* Alexandre de Gusmão, e que o apoiou na sua notável acção diplomática, conclui que «D. João V era, por alguns títulos, um homem superior» (*Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, conferência, Lisboa, 1950, p. 28).

⁽³¹⁾ Cfr. Carlos de Passos, *Luij Antonio Verney, Secretário Régio em Roma*, in *Revista de História*, t. x, 1921, p. 217-224; H. Cidade, *ob. cit.* p. 74, 75, 88.

⁽³⁵⁾ Cfr. H. Cidade, *ob. cit.*, p. 22 (nota 3) e 33-36.

⁽³⁶⁾ Cit. por A. Gonçalves Rodrigues, *O Protestante Lusitano. Estudo biográfico e crítico sobre o Cavaleiro de Oliveira*, Coimbra, 1950, p. 43, 53.

⁽³⁷⁾ J. Cortesão, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750)*, parte 11, tomo 1, Rio, 1950, p. i3.

⁽³⁸⁾ *Ibid.*, p. i3, 238. É certo que Oliveira Martins aplica a D. João V as palavras de uma carta de Gusmão, em que este fala ironicamente do

("unha, nas *Instruções*. .. a Marco António de Azevedo Coutinho, que, por sua determinação, deviam ficar secretas, elogiava o «genio» de D. João V, a sua «clareza de entendimento», as suas «santas e rectas intençoens», as «prudentiísimas e religiosas rezoluçoens» que tomava e a firmeza com que as sabia sustentar ⁽³⁹⁾. Parece, pois, que o rei *magnânimo* foi um tanto diferente do retrato que dele pintou O.liveira Martins e que Manuel Mendes adaptou.

Quanto à descrição que o A. faz da vida da corte e da cidade de Lisboa no tempo de D. João V, fácilmente reconhecemos que nela se encontra algo de verdade. Realmente, é indubitável que nas massas populares e mesmo em parte do clero e da nobreza havia muita ignorância, muitas credices e superstições ridículas, ao lado da intolerância anti-semita ⁽⁴⁰⁾. E igualmente certo que a Inquisição, passado o momento histórico que lhe dera origem e de certo modo a justificava, deixara de ser apenas uma arma nas mãos dos soberanos para defesa da unidade religiosa da nação e transformara-se numa potência, num Estado dentro do Estado, usando a sua força não só em prol dos interesses religiosos (ou que se diziam tais), mas também dos seus próprios, que se agregavam ou sobrepunham àqueles ⁽⁴¹⁾. Deste modo, a instituição pôde prosperar e prolongar-se historicamente, mercê de uma política muito hábil, que poderia sintetizar-se naquelas palavras que Manuel Lopes de Oliveira dizia um dia a D. Luís da Cunha a propósito dos frades em geral : «elles faziaõ ora do Rey Papa ora

«Soldão» e dos seus «vizires» : «Bolónio, estéril e contrafeito» (*Hist. de Portugal*, t. ii, p. 173). Trata-se, porém, de um grosseiro anacronismo, pois a carta é *dois anos* posterior à morte de D. João V; o «Soldão» era D. José e os «vizires» eram os três secretários de Estado, Pedro da Mota e Silva, Sebastião J. de Carvalho e Melo e Diogo de M. Corte Real, respectivamente «infrutífero, bolónio e contrafeito» (são estes os termos exactos de Gusmão). Nas justas palavras de Jaime Cortesão, temos aqui «uma excelente amostra da ligeireza de processos com que, por vezes, aquele historiador coloria os seus quadros e pronunciava os seus juízos». (*Ibid.*, p. 409, nota 1).

⁽³⁹⁾ *Instruções*, p 18, 219.

⁽⁴⁰⁾ Para o estudo destes aspectos - mas só destes — poderá fornecer alguns elementos úteis o livro de M. Bernardes Branco : *Portugal na epocha de D. João V*, Lisboa, 1885.

⁽⁴¹⁾ Ver, sobre o problema da Inquisição em Portugal no século xviii, as serenas e lúcidas páginas de Gonçalves Rodrigues, *ob. cú.*, p. 189-202.

do Papa Rey, conforme convinha aos seus interesses ou discussões»⁽⁴²⁾. Se, como já vimos, a Inquisição não impediu a introdução no país das novas correntes filosóficas e científicas, é possível que em certos casos e em certos momentos tenha contribuído para atrasar e dificultar esse movimento cultural. Por outro lado, os seus métodos não podiam de modo nenhum favorecer o triunfo da ideia de tolerância. Lembremos, por último, que um dos males do século xviii português, constituindo verdadeira sangria para o corpo da nação, era —como já notava D. Luís da Cunha —«a muita gente, que de ambos os sexos entra nos conventos». Estes eram em número excessivo para a população do reino e muitas vezes habitados por pessoas que para lá entravam «por vida e não por vocação», e, quanto às mulheres, «ou porque seus pais as obrigaram a entrar nêles, ou por gozarem da liberdade que não tinham em suas casas»⁽⁴³⁾. O relaxamento da vida religiosa chegou a ser, com frequência, escandaloso, e de tudo isto resultaram consequências prejudiciais à vida social, económica e moral do país.

Dados estes factos, já se vê que o *quadro* da corte e da Lisboa joaninas que o A. esboçou não foge inteiramente à verdade. Simplesmente, também não nos parece que exprima *toda* a verdade. Em primeiro lugar, seria erróneo pensar que Portugal tinha o monopólio da intolerância, da credice e do relaxamento dos costumes⁽⁴⁴⁾. Em segundo lugar não basta indicar vagamente a opinião de «estrangeiros» (p. 6); importaria saber concretamente quem eles eram e estudar o valor do seu testemunho; muitas vezes, tratava-se de simples viajantes, que nada sabiam do país, nem da língua, nem das suas ideias e costumes, mas que, com uma rápida passagem por Lisboa, se julgavam aptos a escrever sobre tudo, resultando daí relatos fantasistas ou superficiais⁽⁴⁵⁾. Mas se consultarmos um estrangeiro que viveu algum tempo em

⁽⁴²⁾ *Instruções... a Marco António de Azevedo Coutinho*, p. 57.

⁽⁴³⁾ *Testamento Político*, ed. de 1943, p. 67, 68. Cfr. *Instruções... a Marco António de Azevedo Coutinho*, p. 48-52.

⁽⁴⁴⁾ Cfr. M. Bernardes Branco, *ob. cit.*, p. 205, 263 (nota 87); Gonçalves Rodrigues, *ob. cit.*, p. 198-199.

⁽⁴⁵⁾ Com razão já foi observado que «esta descrição de Lisboa recebida do passado foi feita principalmente por viajantes protestantes, que eram observadores obcecados por preconceitos». (Marcus Cheke, *O Ditador de Portugal. Marquês de Pombal*, trad., Porto, 1946, p. 24-25).

Portugal e se mostra razoavelmente informado — o autor da *Description de la ville de Lisbonne* — não ficamos de modo nenhum com a impressão de que a corte de D. João V fosse «grotesca» e de que Lisboa aparecesse como uma «cidade absurda», «um mundo de feitiçaria e de superstição», «vivendo uma existência de pesadelo», constituindo, em suma, «um quadro pavoroso e aterrador, sobretudo na Corte» (p. 6 e 7). Mais uma vez o A., arrastado pela tendência dramatizante de Oliveira Martins, carregou e confundiu as tintas do seu *quadro*. Mas ele próprio nos mostra, sem querer, o exagero da sua descrição, quando diz que a aristocracia portuguesa era «volúvel e galhofeira» (p. 6). Como poderia a nobreza ser *galhofeira* num ambiente sufocante, pavoroso, aterrador? É certo que a *Description de la ville de Lisbonne* informa que a corte de D. João V era «tout-à-fait triste»⁽⁴⁶⁾, mas não admira que ela assim parecesse a um compatriota de Luís XIV e de Luís XV. Basta percorrer a coleção da *Gaveta* que então se publicava em Lisboa e o *Diário* do 4.^o conde da Ericeira, para logo se ver que as cerimónias religiosas (que não tinham de ser necessariamente tristes), embora constituíssem uma das principais preocupações, nem por isso impediam que toda a gente se divertisse, a começar pela família real: são muito numerosas as referências a concertos, bailes, *serenatas*, banquetes, touradas, caçadas, passeios fluviais, comédias, jogos, etc.⁽⁴⁷⁾. Citemos, como exemplo, alguns textos do *Diário* do conde da Ericeira: «No dia 17 [de Fevereiro de 1722] convidou a S.^{ra} Marqueza de Fontes na sua quinta de Alcantra a 40 Senhoras p.^a a ouvirem cantar em hua nova Serenata com as filhas 2.^a, e 3.^a do Conde de Villa Nova, e a S.^{ra} D. Vitoria de Lencastre, algüas dançarão depois e houve doze bandejas de excellentes doces, bebidas, e chocolate. As outras Serenatas são mais ferquentadas...». «A 8 [de Janeiro de 1733] fez annos a Senhora Viscondeça de Barbacena, e o Visconde convidou o Presidente [aliás Residente] de Olanda e trinta e tantos fidalgos p.^a hu jantar de tres cuberías, e trinta e tres pratos cada hua, ã noite deu gr.^{de} merenda a muitas Senho-

⁽⁴⁶⁾ *Ob. cit.*, p. 80.

⁽⁴⁷⁾ Cf. Eduardo Brasão, *Diário do 4.^o Conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Meneses (1731-1733)*, in *Biblos*, vol. xvi (1940), tomo 11; vol. xvii (1941), t. i e ii; vol. xviii (1942), t. i e 11.

ras : Cantou a Senhora Yiscondeça, e sua filha, e outros muzicos, e também cantou, e tangeo bem cravo o mesmo Rezidente». «As Muzicas Italianas tem ganhado em hú mez mais de tres mil cruzados, Diogo de Souza Mexia as levou, e a outras Estrangeiras ao Campo Grande donde deu hum jantar, e serenata Cea e baille com grande luzimento, e o concurço continua ja duas vezes na semana a ouvir estas excellentes muzicas-..» (48). Seria esta a sociedade que levava uma existência de pesadelo, num ambiente sufocante, pavoroso e aterrador ? E note-se que até em alguns conventos se representavam comédias, o que não demonstra, com certeza, a virtude dos seus habitantes, mas é uma prova de que eles não viviam sempre apavorados com os «horrores do purgatório» ...

Não contente, porém, com citar a opinião de «estrangeiros», o A., seguindo mais uma vez Oliveira Martins (49), procura apoiar a sua descrição no testemunho dos *estrangeirados*, que seriam os únicos de quem ouvimos nessa época «a voz do entendimento e a voz da razão». Ora, se é certo que esses *estrangeirados* apontaram muitas vezes males reais, fizeram observações justas e sugeriram reformas úteis, não é menos certo que com frequência se excederam na crítica dos homens e das instituições do seu tempo. E o caso de Verney, «intelectual *inconformista* e hiper-crítico», para quem «pensar, reflectir, meditar, construir, reformar, eram, essencialmente, o mesmo que criticar, destruir e dizer mal de tudo o que se opunha ou resistia à força das suas convicções», e que, no seu ódio aos jesuítas, «nada fica a dever ao próprio Pombal (50); é o caso de Alexandre de Gusmão,

(48) *Diário* cit., in *Biblos*, vol. xvni, t. i, p. 76-77, 91, 98. Numa obra que apareceu pela primeira vez em 1751 escreveu Francisco de Castro: «Em quanto à alegria, jamais houve tanta na córte. Aqui não se faz outra cousa mais que dis^rertir, tanger e bailar». (*Ronda de Lisboa*, 2/ ed., Lisboa, 1923, p. 145).

(49) «Leia-se o que escreveu o cavalheiro de Oliveira, leia-se Alexandre de Gusmão, leia-se o *Testamento Político* de D. Luis dá Cunha, e reconhecer-se-á a verdade do triste quadro que esboçamos» (*Hist de Portugal*, vol. 11, p. 188).

(50) L. Cabral de Moneada, *Um «iluminista» português do século XVIII: IMÍS António Verney*, in *Estudos de história do direito*, vol. ui, Coimbra, 1950, p. 21, 23, 28.

«espírito permanentemente revoltado» ⁽⁵¹⁾ ; e é também o do Cavaleiro de Oliveira, com as suas cóleras e sarcasmos anti-católicos ; e é ainda, até certo ponto, o de D. Luís da Cunha, cujo *Testamento Político* é um «libelo feroz», segundo as palavras do próprio Manuel Mendes (p. 9). Torna-se evidente, portanto, que, se não podemos adoptar os elogios ditirâmicos dos panegiristas, também não devemos, pela mesma razão de imparcialidade, aceitar cegamente tudo quanto escreveram autores movidos por um espírito de crítica acerba e às vezes mesmo por despeños e ódios.

Julgamos assim ter demonstrado o que afirmámos no princípio destas notas : que o A. do prefácio do *Testamento Político* não conseguiu ser objectivo e acabou por nos dar mais uma caricatura do que um retrato da primeira metade do século xviii português ⁽⁵²⁾. Mas além desta apreciação de carácter geral, temos ainda de apontar alguns deslizes de pormenor. Assim, por exemplo, chama a Alexandre de Gusmão «secretário de Estado» (p. 5), coisa que ele nunca foi ; é certo que o seu valimento junto do rei lhe deu em alguns momentos poderes tão grandes ou maiores que os de um secretário de Estado, mas, oficialmente, era apenas secretário de D. João v ⁽⁵³⁾. Do mesmo modo, atribui a Gusmão e compraz-se em repetir (como Oliveira Martins) a célebre frase: «Oh, quem pudera dizer o que sente!» (p. 5, 8), que é provavelmente apócrifa ⁽⁵⁴⁾. Diz também que o Cavaleiro de Oliveira chamava à corte de D. João v a «formosa estrivaria» (p. 5). Realmente a frase aparece numa das obras de Oliveira, mas atribuída a «certo Philosopho viajante» que teria estado em Portugal ⁽⁵⁵⁾. A rigor, portanto, as palavras não são do Cavaleiro

⁽⁵¹⁾ J. Cortesão, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid* (conferência), Lisboa, 1950, p. 28.

⁽⁵²⁾ Sobre a necessidade de compreender *historicamente* o século xviii português, ver as interessantes páginas de Cabral de Moneada, *ob. cit.*, p. 135-141.

⁽⁵³⁾ J. Cortesão. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (i-50)*, parte 11, tomo 11, Rio, 1950, p. 7-8; *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid* (conferência), p. 21.

⁽⁵⁴⁾ J. Cortesão, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (ijSo)*, parte 11, tomo 1. Rio, 1950, p. 257, nota.

⁽⁵⁵⁾ Cavaleiro de Oliveira, *Reflexoens de Felix Vieyra Corvina de Arcos, Christam Velho Ulyssiponense : Sobre A Tentativa Theologica, composta pello Reverendo e douto Padre Antonio Pereyra.* Londres, 1767, p. 92. Ver o que escreveu, a propósito desta frase, Gonçalves Rodrigues, *ob.cit.*, p. 198-199.

— a não ser que devamos considerar a história do *filósofo* como simples fantasia. Entende também o A. que os que emigravam iam «viver a grande vida dos países livres do norte da Europa, arejados pelo espírito da Reforma» (p. 7). Mas então, ou o norte estava muito perto do sul, visto que bastava «passar os Pirenéus para encontrar logo outro mundo», ou o espírito que *arejava* também existia em países católicos, e até, segundo parece, na «própria Roma jesuítica», onde viviam os judeus com as suas sinagogas e onde viveu o iluminista Verney... E certo que o A. — neste ponto, e contra o seu costume, muito prudente — não se atreve a dizer que Roma *era* uma terra livre; *dir-se-ia* apenas que o era...

Nesta primeira parte do seu prefácio, poderia o A. ter-se limitado a ficar por aqui, mas afinal entendeu dever fazer ainda uma rápida digressão pelo reinado de D. João III, visto que é nessa altura «que a vida mental portuguesa muda o seu rumo» (p. 7). Se não tivesse escrito essas breves linhas, teria poupado ao seu trabalho mais algumas inexactidões. Para o A., Damião de Góis foi «um dos primeiros intelectuais portugueses a abrir a carreira sombria dos mártires da nossa cultura». Falta provar que Damião de Góis esteve preso por ser culto e não por ser suspeito de heresia⁽⁵⁶⁾. O processo dos mestres do Colégio das Artes, Diogo de Teive, João da Costa e Buchanan, é apresentado de forma grotesca (como diria o A.): «eram acusados, pela Inquisição, de comer carne nos dias defesos e por êsse nefando crime se viram em trabalhos». A verdade é que os professores *bordaleses* se viram em trabalhos por coisa bem mais grave (de que aquela poderia ser apenas um indício) : eram suspeitos de *semtire mal da fee e seré da secta de luther*. A Inquisição foi benévola e as penas que lhes aplicou insignificantes, e no entanto parece incontestável «terem os professores *Bordaleses* pendido para a heresia»⁽⁵⁷⁾.

⁽⁵⁶⁾ Aubrey Bell, *Um humanista português. Damião de Góis*, trad., Lisboa, 1942, p. 34-35. Ver, sobre a Inquisição em geral, o que escreveram Edgar Prestage, na *Revista de História*, t. ix, 1920, p. 157-158, e Léon-E. Halkin, *Intolérance et Inquisition*, in *Initiation à la critique historique*, Paris, 1951, p. 154-174.

⁽⁵⁷⁾ Mário Brandão, *O Colégio das Artes*, vol. 1, Coimbra, 1924, p. 162. Cfr. *ibid.*, p. 123-164, e ainda, do mesmo autor, *A Inquisição e os professores do Colégio das Artes*, vol. 1, Coimbra, 1948; Guilherme Henriques, *Buchanan na Inquisição*, in *Archivo Historico Portugués*, vol. iv, 1906, p. 241-281.

Mas o A. não se contém e escreve: «Foram êles os primeiros a pagar, ao tribunal da Fé, o duro tributo que nestas terras se cobrava pelo crime da inteligência, pelo pecado da cultura». Palavras sem sentido, principalmente quando referidas a uma época como a de D. João III, «o mais generoso Mecenas que a causa da instrução teve em Portugal» (58). E o A. encerra as suas pouco felizes considerações com esta enormidade que nem merece comentário: os séculos que vão desde D. João III ao Liberalismo «são em Portugal uma interminável noite» !

Na segunda parte do seu prefácio dá-nos o A. uma breve notícia da vida de D. Luís da Cunha, seguida de algumas considerações sobre as suas ideias e influência. Quanto à notícia biográfica, há que reconhecer que nada diz de novo, o que aliás não é de estranhar, por ser muito resumida; só é pena que não se tenham evitado erros que, embora bastante repetidos, nem por isso têm qualquer justificação. Não é exacto, por exemplo, dizer que D. Luís da Cunha «iniciou a sua carreira diplomática sendo nomeado embaixador de Portugal em Londres, no ano de 1696... » (p. 8). Em primeiro lugar, D. Luís da Cunha já estava nomeado pelo menos a 14 de Novembro de 1695, pois isso se conclui de um documento desta data, resumido pelo Sr. Dr. António Baião na *Introdução das Instruções... a Marco António de Alvevedo Coutinho* (59). Em segundo lugar, o seu carácter não era o de embaixador, mas sim o de enviado extraordinário, que havia de continuar a ser ainda durante bastantes anos (60) ; só quem desconheça inteiramente a história diplomática dos séculos XVII e XVIII é que poderá negar a importância desta distinção. Não está certa, quanto à data, a afirmação de que «em 1712, era nomeado minis-

(58) Mário Brandão, *Documentos de D. João III*, vol. 1, Coimbra, 1937, p. ix. Ainda a propósito desta época, podemos notar outro lapso do A. : chama a Francisco Sanches «cristão novo», o que é dar por certa uma simples hipótese (Cfr. A. Costa Pimpão, *História da Literatura Portuguesa*, vol. II, p. 67; A. Moreira de Sá, *Francisco Sanches, filósofo e matemático*, vol. I, Lisboa, 1947, p. 83-89; *Revista Portuguesa de filosofia*, tomo IV, 1948, p. 73).

(59) *Instruções*, p. xi. No entanto, as instruções que lhe foram dadas para a sua missão diplomática são de 2 e 6 de Outubro de 1696 e D. Luís da Cunha só chegou a Londres em 1697.

(60) *Ibid.*, p. xi-xni.

tro plenipotenciário, no Congresso de Utrecht» (p. 8), pois a nomeação é anterior ⁽⁶¹⁾, embora realmente o diplomata português só tenha chegado ao congresso nos princípios de Abril de 1712 ⁽⁶²⁾. Diz também o A. que, neste ano, D. Luís da Cunha assinou, juntamente com o conde de Tarouca, a suspensão de armas «a que se seguiu, três anos depois (1715), a assinatura do tratado entre Portugal, França e Espanha, que pôs termo à guerra de sucessão deste último país» (p. 8). Ora, isto é parcialmente inexacto, pois não houve *um* tratado entre Portugal, França e Espanha ; o tratado de paz luso-francês é de 11 de Abril de 1713 e o luso-espanhol é de 6 de Fevereiro de 1715 ; a França apenas interveio na negociação deste último como mediadora ⁽⁶³⁾. Por fim, depois de breves referências às missões de D. Luís da Cunha em Londres, Madrid e Paris, sem qualquer alusão às suas negociações na Holanda, o A. informa que o célebre diplomata faleceu na capital francesa em 9 de Dezembro de 1740 (p. 9), errando assim o mês e o ano,

(«) O primeiro a ser indicado para acompanhar o conde de Tarouca ao congresso da paz foi Francisco de Sousa Pacheco, enviado na Haia, mas faleceu a 23 de Outubro de 1709 (D. Luis da Cunha, *Memorias da Pa\ de Utrecht*, 2.^a parte, n.º 172 — B. da Ac. das Ciências: *Ms. 303-A.*). Embora apontado para o cargo desde 1709 (Cfr. José Soares da Silva, *Gaveta em forma de carta*, t. 1, Lisboa, 1933, p. 223, 228), parece, no entanto, que D. Luís da Cunha só foi nomeado em 1710. Em despacho de 7 de Março deste ano, mandava-lhe perguntar o secretário de Estado se os seus achaques lhe permitiam passar à Holanda com o carácter de embaixador extraordinário ao congresso da paz; D. Luís respondeu, a 25 de Março, que S. M. podia dispor dele como entendesse que convinha ao seu real serviço (*Relaçoes de D. Luis da Cunha*, t. XIII — T. do Tombo: *Corresp. dipl.*, n.º 10, p. 99-101). A 13 de Maio pedia que lhe mandassem uma recredencial (*Ibid.*, p. 175-176). Esta foi-lhe realmente enviada, com data de 8 de Maio (B. da Ac. das C. : *Ms. 580-A.*), sendo de 9 de Maio a credencial para José da Cunha Brochado, que ia substituí-lo na enviatura de Londres (*Ibid.*). O original da instrução que D. Luís da Cunha recebeu, como embaixador e 2.^o plenipotenciário ao congresso da paz, tem a data de 4-Janeiro-1712 e está na Torre do Tombo, *Cartas da Corte escritas a Dom Luis da Cunha*, t. vm (1712-1717), fls. 2-2 v. No mesmo arquivo existe uma cópia que, não sabemos porquê, tem a data de 27-Dezembro-1711 (T. do Tombo: *Minist. dos Neg. Estrangeiros*, maço 69 — *Instrucçoens dos Embaixadores*, fls. 277-278)

⁽⁶²⁾ Bibl. da Universidade de Coimbra: *Ms. 53g*, fl. 42 a. Cfr.E. Brasão, *Relações externas de Portugal. Reinado de D. João V*, vol. 1, p. 243.

⁽⁶³⁾ Borges de Castro, *Colecção dos tratados*, 1.11, Lisboa, 1856, p. 242-255 e 262-272.

porque a verdadeira data é g de Outubro de 1749 ⁽⁶⁴⁾. Simples lapso tipográfico? Quanto ao mês é possível, mas quanto ao ano não acreditamos, pela razão de que anda em dicionários históricos e enciclopédias, nos quais, certamente, o A. confiou ⁽⁶⁵⁾. E, no entanto, bastaria ter percorrido, por exemplo, o tomo v do *Quadro elementar*, para logo ver que a data de 1740 era impossível, absurda...

A notícia biográfica seguem-se três páginas sobre as ideias e a influência de D. Luís da Cunha (p. 9-12). Pena é que o A. se tenha perdido em generalidades, mais ou menos retóricas, em vez de nos fazer uma exposição, ainda que breve, sobre o pensamento expresso nas páginas do *Testamento Político*. Quanto à influência desta obra, lembra o A., com razão, que «aí encontramos anunciada, e por vezes em termos bem claros, a futura administração pombalina» (p. 10). Lamenta, porém, «que neste, como noutros casos, Pombal se tenha mostrado inferior aos seus mestres». Transcreve um longo parágrafo de J. Lúcio de Azevedo que é o desenvolvimento desta ideia e conclui que «ficou, com efeito, a administração de Pombal muito àquem das idéias e dos homens que provocaram a sua subida ao poder» (p. 11) ^(66j). Seria interessante, embora nem sempre fácil, determinar concretamente qual a influência das ideias de 1). Luís da Cunha nas reformas pombalinas. No entanto, parece que há outro estudo a fazer antes desse : qualquer escritor, por mais original que seja, não deixa de sofrer, consciente ou inconscientemente, a pressão do ambiente

^(M) *Galette, Du 18 Octobre 174g.*, n.º 43, p. 528; *Suplemento à Gaceta de Lisboa*, n.º 43, 3o-Outubro-1749, p. 860.

⁽⁶⁵⁾ O erro apareceu pela primeira vez, que saibamos, no dicionário *Portugal*, de Esteves Pereira e G. Rodrigues (vol. 11, Lisboa, 1906, p 1262), onde pode ter sido simples *gralha* tipográfica. Mas desde então fez carreira. Passou à *Enciclopédia Histórica de Portugal*, de Duarte de Almeida (vol. vm, p. 123) e à *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (vol. vm, p. 263). É de lamentar que esta obra, no artigo sobre D. Luis da Cunha, se tenha limitado a repetir quase *ipsis verbis* o que estava escrito nas enciclopédias anteriores, incluindo os erros. O que nesse artigo se diz sobre as *Memorias da Pa% de Utrecht* está desatualizado, revelando desconhecimento da obra fundamental de G. de Melo de Matos a que fizemos referência na nota 2.

^(66j) Oliveira Martins diz que D. José seguiu «à risca» o *Testamento Político* (*Hist. de Portugal*, vol. 11, p. 189), mas isto é manifesto exagero (Cfr. Rodrigues Cavalheiro, *ob. cit.*, p. i83-i88).

cultural em que vive, e o fenómeno é particularmente nítido nos autores que, como D. Luís da Cunha, estão sempre atentos aos problemas, preocupações e ideias do seu tempo. Quer dizer : importaria realizar acerca do famoso diplomata um trabalho idêntico aos do Sr. Prof. Cabral de Moneada sobre Verney e a legislação de Pombal, procurando descobrir o que há de *século xviii* no seu pensamento (67). Por certo que, assim compreendidas historicamente, as obras de D. Luís da Cunha ganhariam novo interesse.

Resta-nos ver qual o critério de Manuel Mendes na organização desta edição do *Testamento Político* e como é que ele foi aplicado.

Diz o A. que não procurou, na presente edição, afazer trabalho de investigação histórica, no rigoroso significado do termo» (p. 12). 'Pois é pena que assim não tenha sido; teria evitado, certamente, muitos erros. Além disso, não teria passado em silêncio alguns problemas importantes, como o da autenticidade da obra e a data da sua composição, problemas cuja solução é fundamental para a conveniente apreciação de qualquer testemunho histórico. Que a questão da autenticidade pode levantar-se é inegável, principalmente se tivermos em conta a carta que a 22 de Dezembro de 1749 escreveu de Paris o enviado Gonçalo Manuel Galvão de Lacerda, para D. Luís da Cunha Manuel, sobrinho do falecido embaixador (68). Para não alongarmos demasiadamente estas notas e porque elas não constituem um estudo completo da vida e obra de D. Luís da Cunha, mas apenas uma crítica da edição organizada por M. Mendes, teremos de deixar para outro momento a exposição das razões que nos levam a acreditar na autoria do célebre diplomata. Em compensação, algo diremos sobre a questão da data, que é de mais simples solução. Geralmente, os autores que escreveram sobre o *Testamento Político* esqueceram-se de tratar este assunto. O Prof.

M. Amzalak alude a aeste trabalho cuja data precisa se ignora, mas que deve estar compreendida entre o ano de sua morte e o

(67) Cfr. *O «século xviii» na legislação de Pombal*, in *Estudos de história do direito*, vol 1, Coimbra, 1948, e o estudo sobre Verney citado na nota 50.

J68) Publ. por A. Baião na *Introdução das Instruções... a Marco António de Azevedo Coutinho*, p. 1., nota 1.

de 1745...» (69). É possível, no entanto, restringir ainda este período. Na verdade, D. Luís da Cunha refere-se ao Cardeal da Mota como sendo já falecido (70) e sabemos que ele morreu a 4 de Outubro de 1747 (71); portanto o *Testamento* foi escrito dentro dos dois anos que decorrem desta data até à morte do embaixador, em 9 de Outubro de 1749.

Quanto ao texto desta edição, informa M. Mendes que, «embora acompanhado de breves notas e actualizado na ortografia, vai, pode dizer-se, tal como está impresso no folheto de 1820». Acrescenta que a carta correu mundo em cópias manuscritas e que, «assim, ficou sujeita a inúmeras mutilações e variantes, ao sabor do acaso e do gosto dos copistas. E, portanto, — continua — muito possível que o texto que seguimos não seja digno de toda a confiança, transcrito, sem dúvida, de uma cópia incompleta» (p. 12). E a propósito do mesmo assunto, escreve ainda numa das notas finais do volume: «... O texto que seguimos não estava completo. As últimas páginas encontram-se cheias de lacunas e de faltas de palavras que tornam, por vezes, a leitura difícil. Embora não fosse essa a nossa intenção, procedemos ao confronto do texto presente com o de alguns manuscritos da Biblioteca Nacional de Lisboa. De uma maneira geral todos êles nos pareceram mais incompletos do que o que serviu de original à edição de 1820» (p. 106).

Não se pode dizer que M. Mendes não tenha visto as dificuldades; duvidamos, porém, de que a solução encontrada para elas tenha sido a melhor. Na verdade, a questão fundamental não está em saber qual dos textos conhecidos do *Testamento Político* é mais ou menos completo (critério meramente quantitativo que pouco interessa), mas sim qual é criticamente mais aceitável (72).

(69) *D. Luís da Cunha, como economista*, Lisboa, 1922, p. 9.

(70) *Testamento Político*, ed. de 1943, p. 23-24.

(71) *Suplemento à Gaveta de Lisboa*, n.º 41, 12-Outubro-1747, p. 820; Manuel Ferreira Leonardo, *Elogio historico, panegyrico, encomiástico, e Funebre ás saudosas memorias do Eminentiss. e Reverendiss. Senhor D. João da Mota, e Sylva ; Cardeal Presbytero da Santa Igreja Romana, e primeiro Ministro Universal da Coroa Portuguesa*, Lisboa, 1748, p. 42.

(72) A seguirmos aquele critério, poderíamos chegar à conclusão absurda de que o melhor texto do *Testamento* é o do Ms. 10470 (n.º 4) do F. G. da Bibl. Nacional, apesar de ser na realidade o pior que conhecemos, pois sofre

E certo que M. Mendes não quis fazer uma edição crítica, — e estava sem dúvida no seu direito, — mas o que custa a admitir é que se tenha limitado a reproduzir servilmente a edição de 1820, sem ao menos corrigir os erros mais importantes de que esta enferma.

Logo no frontispício da edição de 1820, que M. M. reproduz (p. i5), se diz que D. Luís da Cunha foi embaixador em Viena, o que não é exacto. Passando ao texto, vemos que, no princípio do *Testamento*, escreveu o diplomata, segundo a edição de 1820-1943: «... sou o mais antigo ministro que o senhor rei D. Pedro, heroico avô de V. A. no ano de 1600 tirou da casa da Supplicação. . .D (p. 17). E claro que a data de 1600 é absurda. D. Luís da Cunha deve ter escrito 1605 (data da nomeação), ou, quando muito, 1606 (data das instruções), e também pode ter acontecido que, escrevendo a 50 anos de distância, tenha deixado em branco o espaço para a data, como encontramos na maior parte dos manuscritos (73). Na p. 22, onde está «V. A. se pode também lembrar do pouco caso que pessoalmente se faz de Felipe v...», deve D. Luís da Cunha ter escrito *ase fe* de Felipe v», como se lê em vinte dos apógrafos que conhecemos, e na edição de 1821, e como é lógico, porque aquele rei de Espanha tinha falecido a 9 de Julho de 1746 (74). Mais grave, porém, é um erro que se encontra no passo referente ao Cardeal da Mota e que altera bastante o pensamento de D. Luís da Cunha. Aí se pode ler, na

tais alterações que, por vezes, é mais uma adaptação que uma cópia ; apesar disso é o mais *completo*, pois em nenhum outro manuscrito se encontra a matéria que neste ocupa os fis. 50 69 v., claramente apócrifa, acrescentada em 1803 (que deve ser também a data da cópia, escrita na mesma letra), como se vê pela referência a uma «Ley de 9 de Junho do presente anno» (fl. 57), que uma nota marginal diz ser 1803.

(73) B. N. : *F. G., Mss. 1462, 30 16, 37/6, 6418, 87ri, 10470* (n.º 4), doc. 12 da caixa 12, doc. i3 da c. 12; *Col. Pombalina, Ms. 476*; Torre do Tombo: *Livraria, Ms. 2214* ; *Bibl. da Soc. de Geografia de Lisboa : Reserv., Ms. B-71*. O mesmo se verifica na edição de 1821, publicada por A. Lourenço Caminha, nas *Obras ineditas do grande exemplar da sciencia do Estado, D. Luif da Cunha*, p. 26. Conhecemos seis manuscritos com a data incompleta de 16 (B. N. : *F. G., Mss. 267/, 3336, 98ig*, doc. 4 da caixa 192 ; *C. Pomb, Mss. 460, 686*), três com a data de 1689 (B. N. : *F. G., Ms. 355q*; *C. Pomb, Ms. 5/* ; T. do Tombo : *Livraria, Ms. 2n 0*), dois com a data de 1706 (B. N. : doc. 3 da c. 192 ; *Bibl. da Ac. das Ciências : Ms. 506-V*), e um com a data de 1696 (B. da Ajuda : *Ms. 52-X/-7, n.º 71*).

(74) *Galette, Du 30 Juillet 1746.*, n.º 31, p. 363.

verdade, à cerca de D. João da Mota e Silva: «... o que todo o mundo lhe deu (porque eu nunca o achei) foi o de ser muito bom homem, muito modesto, mui bem intencionado e muito limpo de mãos, com muito pouco conhecimento dos negócios estrangeiros e ainda menos activo nos domésticos ...» (p. 23-24). Parece, pois, que o nosso embaixador em Paris, discordava de *todo o mundo*, quando este fazia do Cardeal muito bom homem, muito modesto, etc., e com pouco conhecimento dos negócios estrangeiros e internos. Mas não era assim, e não era porque, quanto à última parte (pouco conhecimento dos negócios), D. Luís da Cunha estava de acordo com o que ele considerava o parecer de *todo o mundo* ⁽⁷⁵⁾, e quanto à primeira parte, tudo leva a crer que se tenha absterido de formular uma opinião pessoal, pois o que lemos em vinte manuscritos e na edição de 1821 é o seguinte: «... e o que todo o mundo lhe deo (por que eu nunca pessoalmente o conheci) foi...» ⁽⁷⁶⁾. Também está, com certeza, alterado o que D. Luís da Cunha escreveu a respeito do secretário de Estado António Guedes Pereira: «Dos três secretários que sua majestade nomeou, vejo não ser grande perda o faltar-lhe o da Marinha, que foi António Guedes Pereira...» (p. 26). Ora, a frase aparece em muitos manuscritos com esta forma: «Dos tres Secretarios, [...] veio não sem grande perda a faltar-lhe o da Marinha...» ⁽⁷⁷⁾, e noutros com esta: «Dos trez Secretarios, [...] vejo não sem grande perda faltar-lhe o da

⁽⁷⁵⁾ Como se vê pela sequência do *Testamento Político*, chamando «defeitos irreparáveis» àquele pouco conhecimento e pouca actividade (p. 24). É interessante confrontar esta opinião com a que o mesmo D. Luís da Cunha manifestava, alguns anos antes, em carta de 3t-Outubro-1740, para Marco António de A. Coutinho: «Sinto infinito q. a [saúde] do Emi.^{mo} Gard.^l da Motta não seja tão robusta como nos he necessario porque nelle nos faltaria hum grande, e zelozo ministro q. ama o serviço e a honra de S. M. e trabalha por adiantar as conveniencias da nossa Patria com admiravel conhecimento das q. são, ou podem ser...» (T. do Tombo: *Livraria, Ms. 3gb*, n.º 183).

⁽⁷⁶⁾ No *Ms. Ô2-X/-7* (n.º 71) da B. da Ajuda falta a *palavra pessoalmente*; o *Ms. 5<6V* da B. da Ac. das G. tem *reconheci* em vez de *conheci*; em nenhum dos vinte e três manuscritos consultados encontramos a versão da edição de 1820-1943.

⁽⁷⁷⁾ B. N.: *F. G., Mss. 3i6, 3j16, 6418, 8711, g8ig, 10470* (n.º 4), docs. 12 e i3 da caixa 12; T. do Tombo: *Livraria, Ms. 2214*; B. da Soc. de Geografia: *Res., Ms. B-71*; B. da Ac. das G.: *Ms. 5ob-V*.

Marinha...» (78). Em ambos os casos, como é evidente, o sentido é inteiramente oposto ao do texto da edição de 1943 (79). Por outro lado, sabendo que em ofício para o secretário de Estado Diogo de Mendonça Corte Real, escrito de Fontainebleau a 2 de Outubro de 1724, D. Luís da Cunha se referia ao «costumado zello, e penetração» de Antonio Guedes Pereira, então enviado de Portugal em Madrid (80), poderemos ter ainda alguma dúvida quanto ao verdadeiro pensamento do autor do *Testamento Político* a este respeito ?

Outros passos se poderiam apontar em que há palavras provavelmente erradas e frases confusas, incompreensíveis. Destas últimas citaremos apenas uma: «A pena do extermínio começou com o mundo, como se fosse a maior, visto que Deus exterminou a Adão do paraíso, [...], porque lhe desobedeceu; deviam pois os inquisidjres contentar-se da existência da lei, para que se fosse acabando em Portugal o judaísmo; e é de saber que ela provinha da boca do mesmo papa; porque D. Luiz de Sousa, que é inimigo desta pobre gente, quere se faça sair do reino» (p. 76). Teria vindo a propósito transcrever em nota um passo das *Instruções* a Marco António que permite esclarecer estas palavras confusas, por se referir, com mais clareza e mais pormenores, ao mesmo assunto (81). Acontece, pore'm, que uma das deficiências da edição está precisamente em serem as notas insuficientes e falhas de critério. De boa vontade dispensávamos, por exemplo, as longas notas sobre os amores de D. Luís da Cunha com a judia Salvador (p. 104-106) e sobre as opiniões de Mousinho da Silveira acerca do clero (p. 103-104), em troca de anotações verdadeiramente esclarecedoras do texto do *Testamento Político* (82). Mas talvez M. Mendes tenha pensado que isto era

(78) B. N. : F. G., Mss. 2677. 3336 35^o9, docs. 3 e 4 da c. 192 ; C. Pomb. Mss. 51, 460, 476 ; T. do Tombo, Livraria, Ms. 2100.

(79) Só o Ms. 686 da C. Pomb. da B. N. está inteiramente de acordo com a ed. de 1943 (fl. 32). Há uma variante no Ms. 512-Xi-y (n.º 71) da B. da Ajuda, fl. 5 v.

(80) D. Luís da Cunha, *Cartas para a Corte do anno 1724* — Torre do Tombo: *Correspond, diplomática*, n.º 19.

(81) *Instruções... a Marco Antonio de Azevedo Coutinho*, p. 86.

(82) Ainda a respeito deste ponto, não podemos deixar sem reparo a nota de p. 61, em que M. M., seguindo sem crítica D. Luis da Cunha, diz que o tra-

«trabalho de certo modo dispensável» (p. 12), como entendeu em relação ao «confronto com alguns manuscritos», para o que se dispunha fazer e lhe interessava na publicação deste opúsculo. «O nosso fito — escreve — foi tornar acessíveis ao público as ideias de D. Luiz da Cunha [. . .] O que há de incontestavelmente vivo nas páginas que se seguem, a reacção e o protesto do homem esclarecido e actualizado com as idéias do seu tempo* contra o que havia de anacrónico no Portugal daquela época* isso ressalta do texto tal como vai» (p. i3). Mas se, como reconhece o próprio M. M., este texto esteve sujeito a «inúmeras mutilações e variantes» e se é muito possível que «não seja digno de toda a confiança», como podemos afirmar ou supor tranquilamente que tudo o que ele contém é de D. Luís da Cunha? Recordemos que as obras de Alexandre de Gusmão foram truncadas* interpoladas, alteradas na época liberal, para fins de propaganda (83). Não poderia ter acontecido o mesmo com o *Testamento Político*? Notemos, por exemplo, que tudo o que, na edição de 1943, se encontra de p. 79, linha 3 («O maior crime que se cometeu no mundo...») até p. 92, linha 27 («... tal loucura não passasse») falta na edição de 1821 e em muitos

tado de Methuen «veio arruinar as indústrias portuguesas criadas pelo 3.º conde da Ericeira». É, sem dúvida, um cómodo lugar-comum, mas pode duvidar-se de que ele corresponda à realidade. Notemos, antes de mais, que parece despropositado atribuir ao tratado de Methuen a ruína, em globo, das indústrias portuguesas, quando ele se refere apenas à introdução dos lanifícios de Inglaterra. E mesmo quanto aos lanifícios, temos a impressão (fundada em alguns documentos) de que houve realmente uma decadência, mas de que esta é anterior ao tratado, seguindo-se quase imediatamente à morte do conde da Ericeira (1690). Decadência sim, mas ruína total não, mesmo depois do tratado. Melhor ou pior, a nossa indústria de lanifícios continuou a viver e alcançou mesmo certo desenvolvimento no século xviii. não só no tempo de Pombal, mas até já no reinado de D. João v (Cfr A. Carvalho da Costa, *Corografia portuguesa*, 3 tomos, Lisboa, 1706-1712; J. Lúcio de Azevedo, *Epocas de Portugal Económico*. 2.ª ed., Lisboa, 1947, p. 412-416; António A. Dória, *Notas para a história da indústria portuguesa durante o século XVIII*. I— *Indústrias de lanifícios*, in *Indústria Portuguesa*, ano 19.º, 1946, p. 601-606; J. Cortesão, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (rybo)*, parte 11, t. 1, Rio, 1950, p. 187-188; Jorge de Macedo, *A situação económica no tempo de Pombal. Alguns aspectos*, Porto, 1951).

(83) J. Cortesão, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750)*, parte 11, t. 1, p 7-8, 160 (nota 1), 163 (n. 4), 166 (n. 5), 194 (nota), 217 (nota).

manuscritos ⁽⁸⁴⁾; não achámos em nenhum dos apógrafos consultados os parágrafos que vão de p. 94, linha 25 a p. 97, linha 4; por outro lado, não fazem parte desta edição dois parágrafos que são os últimos em bastantes manuscritos e que principiam, respectivamente, por «Dous annos durou a Negociação do Tractado do Commercio entre França, e a Republica de Hollanda...» e «Isto Supposto devo dizer que Manoel Gomes de Carvalho, me escreveo... » ⁽⁸⁵⁾. Tudo isto, sem falar de outros casos que poderíamos citar, levanta problemas de crítica textual que exigem estudo e reflexão. Por isso, de boa vontade fazemos nosso o voto ou desejo expresso por M. Mendes, quando escreve: «A obra de D. Luiz da Cunha terá por força que interessar os especialistas de trabalhos desta natureza, e, estamos certos, êste opúsculo virá um dia a ter a edição crítica que merece, e que a sua importância justifica» (p. 109). Entretanto, quem não queira ou não possa recorrer aos manuscritos, e dado que as edições de 1820 e 1821, além de incorrectas, são pouco acessíveis ⁽⁸⁶⁾, terá de se contentar com a *reimpressão* do texto de 1820, agora realizada por M. Mendes. Nisto deve estar, afinal, o mérito da edição de 1943: tornar mais acessível *um texto*, já anteriormente conhecido e publicado, do *Testamento Político*. Por isso, e apesar dos erros e do lamentável prefácio, talvez este volume não seja inteiramente inútil.

LUÍS FERRAND DE ALMEIDA

⁽⁸⁴⁾ Encontra-se, porém, nos *Mss. 355g* do *F. G. e 5/* da *C. Pomb.* da B N., bem como no *Ms. 2100* da *Livraria* da T. do Tombo e no *Ms. 52-XI-7* n.º 71, da *Bibl. da Ajuda*.

⁽⁸⁵⁾ O fecho da obra é constituído, nas edições impressas e em quase todos os manuscritos, pelas seguintes palavras, com pequenas variantes : «Estes são os meus sentimentos sobre o dedudo, que desejarei sejam aceitos na real presença de vossa alteza, etc.» (Ed. de 1943, p. 97). Trata-se, provavelmente, de um acrescentamento feito por mão diferente da de D. Luís da Cunha, pois tudo leva a crer que o *Testamento Político* ficou incompleto.

⁽⁸⁶⁾ Inocencio, referindo-se ao tomo 1 das *Obras ineditas* de D. Luís da Cunha, organizado por A. Lourenço Caminha (Lisboa, 1821) diz, com razão, que se trata de uma colecção «índigesta e mal-amanhada» e que «escaparam na edição numerosissimos erros, que ás vezes transtornam o sentido e intelligencia dos periodos» (Inocencio F. da Silva, *Diccionario bibliographico português*, tomo v, Lisboa, 1860, p. 283).